

ABBI
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE BIOINovaÇÃO

NEWSLETTER **ABBI**

JULHO
2025

Informe da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) com as principais ações realizadas pela entidade no Brasil e no mundo tendo em vista o incentivo e a promoção da bioeconomia avançada e do desenvolvimento econômico sustentável.

Plano Nacional de Bioeconomia avança com participação da sociedade civil e definição de missões estratégicas
2



Grupos de trabalho reúnem propostas para o Plano Nacional de Bioeconomia
10



Frente Parlamentar apresenta agenda estratégica da bioeconomia para 2025
15



Combustíveis sustentáveis na aviação
23



Estudo sobre E30 é apresentado em evento do programa Combustível do Futuro
25



ABBI contribui com propostas de adaptação e mitigação no Plano Clima
27



Avanços regulatórios marcam 40ª reunião do CGen
30



Mecanismos global para repartição de benefício do uso de DSI tem sugestões da ABBI
32



Plano Nacional de Bioeconomia avança com participação da sociedade civil e definição de missões estratégicas



Reuniões mensais da CNBio têm como objetivo entregar Plano Nacional até a COP 30, em novembro

ABBI enfatiza necessidade de investimentos em bioinovação e transição energética para efetividade do documento, durante trabalhos da CNBio

A Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio) tem avançado na construção do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), por meio de uma série de reuniões realizadas em Brasília com a participação de representantes do setor público, da academia e da sociedade civil. Entre os temas centrais estão a definição de missões estratégicas, a criação de câmaras técnicas e a

abertura de consultas públicas para ampliar a participação social no processo.

Durante a 4^a Reunião Ordinária da CNBio, realizada em maio, foram anunciadas duas novas Câmaras Técnicas: uma voltada à inovação financeira e aos investimentos em bioeconomia, e outra dedicada ao monitoramento e à inteligência estratégica. Também foram apresentadas reflexões acadêmicas sobre sistemas agroalimentares e bioeconomia, além da primeira versão das missões e metas do plano, que busca posicionar o Brasil como referência global no setor, com foco na transição energética, integração de cadeias produtivas, aperfeiçoamento da bioindústria e geração de empregos.

As missões estratégicas discutidas incluem o uso sustentável da biomassa, a diversificação de espécies produtivas, a integração da bioquímica de re-



nováveis à indústria, o fortalecimento da produção nacional de insumos biológicos e o incentivo à produção por biorrefinarias. Também foram abordadas metas relacionadas à valorização de povos e comunidades tradicionais e à promoção de negócios sustentáveis.

Na 3^a Reunião da CNBio, em abril, foi aprovada a abertura da consulta pública sobre as missões e indicadores do Grupo de Trabalho da Sociobiodiversidade. O encontro também discutiu o capítulo introdutório do PN-DBio, que apresenta um panorama das oportunidades e desafios da bioeconomia no Brasil, e o andamento dos trabalhos dos GTs de Biomassa e Bioindústria. Entre os destaques estão a ampliação da produção de biomassa sustentável, o aproveitamento de resíduos, a redução da dependência de insumos importados e o fortalecimento das cadeias de bioenergia e bioproductos.

Já na 2^a Reunião da CNBio, em março, foram instituídas as primeiras Câmaras Técnicas, voltadas à inteligência em bioeconomia e ao financiamento do setor. O processo de construção do PNDBio segue em curso, com novas etapas previstas, incluindo seminários regionais e nacionais, além de uma consulta pública mais ampla.

Estudo sobre biorrefinarias

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) contribuiu para o estudo “Elementos para uma Estratégia Nacional para Implementação de Biorrefinarias no Brasil”, lançado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) em parceria com o PNUD. O documento foi apresentado durante reunião da Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio) e propõe diretrizes para o desenvolvimento de biorrefinarias no país, com base em atributos como diversificação de produtos, uso integral da biomassa, circularidade e inserção territorial.

O estudo classifica diferentes tipos de biomassa e apresenta 15 recomendações que abrangem desde a produção até a comercialização, com foco em aspectos tecnológicos e modelos de negócio. A iniciativa está alinhada à Missão 5 do Plano Nova Indústria Brasil e integra os trabalhos do Grupo de Trabalho de Bioindústria e Biomanufatura da CNBio, do qual a ABBI faz parte.



**Confira o estudo sobre
biorrefinarias no link:**

<https://www.gov.br/mdic/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/biorrefinarias>



ABBI reforça protagonismo da bioinovação em eventos preparatórios para a COP 30



Associação tem destacado a importância do financiamento climático para impulsionar a bioeconomia e a sustentabilidade

Entidade apresenta iniciativas durante escutas públicas do governo federal e na reunião sobre biocombustíveis do iCS

A ABBI (Associação Brasileira de Bioinovação) tem participado ativamente das discussões preparatórias para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), contribuindo com propostas que reforçam o papel estratégico da bioinovação no enfrentamento da crise climática. No segundo trimestre, a en-

tidade integrou duas importantes iniciativas: as escutas promovidas pelo governo federal com a sociedade brasileira e a Reunião sobre Biocombustíveis – Desafios e Oportunidades, organizada pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS), em São Paulo.

Com a COP 30 marcada para novembro, em Belém, a ABBI destacou, durante as escutas públicas, a importância de consolidar o financiamento climático como um pilar essencial para o avanço da bioindústria no Brasil. A entidade também abordou os desafios e oportunidades relacionados à regulamentação do Artigo 6 do Acordo de Paris, ressaltando o potencial dos mercados de carbono como fonte de receitas adicionais para produtos biológicos e renováveis, além de catalisadores da adoção de tecnologias de baixo carbono.

Com a COP 30 marcada para novembro, em Belém, a ABBI destacou, durante as escutas públicas, a importância de consolidar o financiamento climático como um pilar essencial para o avanço da bioindústria no Brasil.

Outro ponto de atenção foi a necessidade de harmonização dos critérios de avaliação de emissões entre países. A ABBI defendeu a criação de uma taxonomia comum e a integração dos mercados de carbono, como forma de ampliar a previsibilidade regulatória e a competitividade da bioeconomia. A entidade também propôs a eliminação de barreiras não tarifárias que dificultam o acesso de produtos de base biológica a mercados internacionais.

Como contribuição concreta, a ABBI sugeriu a celebração de acordos internacionais — mesmo que voluntários — para estimular a demanda por produtos bioindustriais. Tais medidas têm o potencial de impulsionar o desenvolvimento industrial no Brasil, atraindo investimentos, promovendo inovação tecnológica e gerando empregos qualificados, com efeitos positivos sobre a descentralização do crescimento e a redução de desigualdades regionais.



Nareunião promovida pelo iCS, em 2 de abril, a ABBI se uniu a representantes do setor privado para discutir os principais entraves e caminhos para o fortalecimento da cadeia de biocombustíveis no Brasil e no cenário internacional. O encontro teve como foco o alinhamento de propostas que auxiliem no desenvolvimento de biocombustíveis avançados e ampliem a competitividade desses produtos, com entregas concretas até 2025. Outro ponto ressaltado foi a construção de uma agenda estruturada para o setor até 2030, em consonância com os acordos internacionais do Brasil e os gargalos atuais da bioindústria.

A entidade foi representada, nos dois fóruns, por Tiago Giuliani, gerente de Sustentabilidade, Descarbonização e Novas Tecnologias.



Grupos de trabalho reúnem propostas para o Plano Nacional de Bioeconomia

Com participação da ABBI, reuniões técnicas debateram temas ligados à Bioindústria e Biomassa, além de inovação financeira e investimentos



Propostas levantadas pelos grupos temáticos serão analisadas pela Comissão Nacional de Bioeconomia e sistematizadas no Plano Nacional

A Comissão Nacional de Bioeconomia (CNBio) realizou, entre março e maio, uma série de reuniões técnicas em Brasília para avançar na formulação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PND-Bio). **Os encontros envolveram os Grupos de Tra-**

balho (GTs) de Bioindústria, Biomassa e Sociobioeconomia, além da instalação da Câmara Técnica de Inovação Financeira e Investimentos.

No **GT de Bioindústria**, foram discutidas propostas relacionadas ao aproveitamento do parque petroquímico e químico para implantação de biorrefinarias, à redução da dependência de insumos farmacêuticos e ao uso integral da biomassa. As reuniões também trataram da consolidação de missões estratégicas e indicadores.

O **GT de Biomassa**, coordenado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), deu continuidade à definição de desafios e metas, com foco na diversificação de matérias-primas e no aproveitamento de resíduos. Já o GT de Sociobioeconomia, sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), atua na elaboração de propostas voltadas a ecossistemas terrestres e aquáticos.

No final de maio, foi realizada a primeira reunião da Câmara Técnica de Inovação Financeira e Investimentos, com apresentação da metodologia de trabalho e da consultoria contratada. O grupo deverá apresentar, em até 120 dias, um diagnóstico e propostas para ampliar o acesso a crédito e instrumentos financeiros voltados à bioeconomia.

Também foi promovida uma oficina de integração entre os três GTs, com o objetivo de revisar propostas, identificar sobreposições e ajustar indicadores.

A CNBio é composta por 34 membros, sendo 17 representantes do governo federal e 17 da sociedade civil. A comissão é responsável pela coordenação e implementação da Estratégia Nacional de Bioeconomia, instituída pelo Decreto nº 12.044/2024.



AS MISSÕES DO PNDBIO INCLUEM:

- . Uso da biomassa para bioenergia e bioprodutos;**
- . Diversificação de espécies para segurança alimentar, energética e sociobiodiversidade;**
- . Integração da bioquímica de renováveis à indústria;**
- . Produção nacional de insumos biológicos para saúde e bem-estar;**
- . Produção de bioinsumos e biocombustíveis por biorrefinarias.**

ABBI integra Comitê Consultivo do Programa Selo Amazônia

Por convite do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), a ABBI fará parte do Comitê Consultivo do Programa Selo Amazônia, criado em 2024 para fomentar cadeias produtivas sustentáveis na região amazônica. O grupo é composto por representantes de órgãos federais e estaduais, centros de pesquisa, setor produtivo e sociedade civil dos nove estados da Amazônia Legal.

O Selo Amazônia foi instituído por decreto presidencial com o objetivo de elaborar diretrizes nacionais para a normalização e a certificação de serviços e produtos industrializados comprovadamente produzidos na Amazônia Legal, a partir de matérias-primas e bioinsumos do bioma.

O papel do Comitê Consultivo será atuar no aperfeiçoamento do Programa, formulando recomendações para o planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade, normas técnicas e ações de fomento, entre outros.



Frente Parlamentar apresenta agenda estratégica da bioeconomia para 2025



Encontro reuniu representantes do Legislativo, Executivo e de empresas associadas à ABBI

Colegiado priorizará a aprovação da Política Nacional de Bioeconomia no Congresso Nacional e a formulação de estratégias para a COP 30

A Frente Parlamentar Mista pela Inovação na Bioeconomia (FPBioeconomia) lançou, em junho, sua agenda prioritária para o ano de 2025, em evento realizado na Casa de Chá da Praça dos Três Poderes, em Brasília. O encontro reuniu parlamentares, representantes do gover-

no federal, empresas, centros de pesquisa e instituições da sociedade civil comprometidas com a pauta da bioeconomia. A apresentação da nova agenda ocorre em um momento estratégico, em que o Brasil se prepara para sediar a COP 30, em novembro, na cidade de Belém (PA). A expectativa é de que as propostas aprovadas e debatidas no âmbito da Frente contribuam para posicionar o país como líder global da bioeconomia.

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) é responsável pela secretaria execu-

“A bioeconomia representa a confluência entre ciência, natureza e inovação. Não se trata de uma promessa distante, mas de uma realidade que já habita nossos idiomas, nossos laboratórios, nossas pesquisas e as comunidades tradicionais”

ALIEL MACHADO

PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR
MISTA DA BIOECONOMIA



tiva da Frente. **Entre os principais pontos da agenda estão: a aprovação da Política Nacional de Bioeconomia** (PLP 150/22), da Política Nacional de Economia Circular (PNEC) e do projeto de priorização da indústria verde no Programa de Financiamento às exportações (PROEX).

O presidente da Frente, deputado federal Aliel Machado (PV/PR), destacou o papel do Congresso na consolidação de políticas públicas de longo prazo. “A bioeconomia representa a confluência entre ciência, natureza e inovação. Não se trata de uma promessa distante, mas de uma realidade que já habita nossos idiomas, nossos laboratórios, nossas pesquisas e as comunidades tradicionais”. De acordo com o deputado, a espinha dorsal dessa construção é o PLP 150/2022, que institui a Política Nacional de Bioeconomia. “Essa proposta cria uma política de Estado com diretrizes claras, segurança jurídica e perenidade, independentemente das mudanças de governo”, pontuou.

O presidente executivo da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI), Thiago Falda, ressaltou o amadurecimento da área nos últimos anos: “2024 foi um ano decisivo, com a aprovação de marcos importantes como o Marco Legal de Bioinsumos, o Marco Legal do Hidrogênio de Baixo Carbono e a Lei do Mercado Regulado de Carbono. Essa última, fruto de uma construção longa e complexa, só avançou graças à liderança do deputado

Aliel Machado no Congresso. **Agora, com a agenda de 2025, queremos garantir que essas leis saiam do papel com eficiência e que a bioeconomia ganhe escala.**"

Falda também destacou o papel estratégico da bio-inovação: "Estamos passando por uma transformação de uma economia baseada em recursos fósseis para uma economia baseada em recursos biológicos e de baixo carbono. O século XXI é o século da biologia. E o Brasil está em pé de igualdade em termos de desenvolvimento tecnológico com as principais economias e precisamos de políticas públicas para transformar nossas vantagens comparativas em vantagens competitivas."



A importância da articulação entre os poderes e os diferentes ministérios foi destacada pelos representantes do governo federal. Eles também elencaram outras medidas necessárias para avançar na pauta da bioeconomia no Brasil. Rafael de Sá Marques, Diretor de Patrimônio Genético da Secretaria de Economia Verde do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio**

e Serviços (MDIC), afirmou: “Estamos construindo um ecossistema para transformar nossas vantagens naturais em inovação. A bioeconomia não pode ser só uma promessa: precisa ser realidade concreta na geração de valor e na transição ecológica.”

Representando o **Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA)**, Willian Saab reforçou a importância da sociobiodiversidade: “A bioeconomia deve ser pensada com base nos ativos sociobiodiversos, gerando renda, inclusão social e conservação. A articulação com o Legislativo é essencial para garantir segurança e previsibilidade ao setor.”

Julia Mascarello, da Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável do **Ministério da Fazenda (MF)**, ressaltou o papel das finanças sustentáveis. “Estamos trabalhando com instrumentos como mercado de carbono, pagamento por serviços ambientais e taxonomia sustentável”, relatou. “Precisamos de um plano robusto, com financiamento adequado. Se a gente não conseguir financiar, o plano não para em pé.”



Bruno Nunes, do **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)**, reforçou a necessidade de aproximar a ciência da inovação. “Temos uma lacuna entre produção científica e inovação. A Frente Parlamentar tem papel essencial em destravar essa transição do P&D para o I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação”, afirmou. No campo diplomático, Daniel Loretto, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), enfatizou o papel propositivo que o Brasil vem adotando: “Conseguimos aprovar os Princípios de Alto Nível do G20 sobre Bioeconomia, primeiro documento diplomático internacional sobre o tema. O objetivo agora é levar esse debate a outras instâncias internacionais e pautá-lo com os interesses do Brasil.”

Alessandro Cruvinel, diretor de Apoio à Inovação para Agropecuária do **Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)**, reforçou a necessidade de buscar recursos para os avanços no tema. “O investimento em ciência e tecnologia, especialmente nos recursos genéticos, nos problemas de melhoramento, é um tema muito importante para nós, porque essa transformação de cadeias novas que a gente quer para a indústria, novos produtos, novas tecnologias, não tem como fazer sem investimento, essa é a base onde a gente consegue fazer a transformação de valor.

As empresas associadas à ABBI também marcaram presença e reforçaram seu compromisso com a agenda.

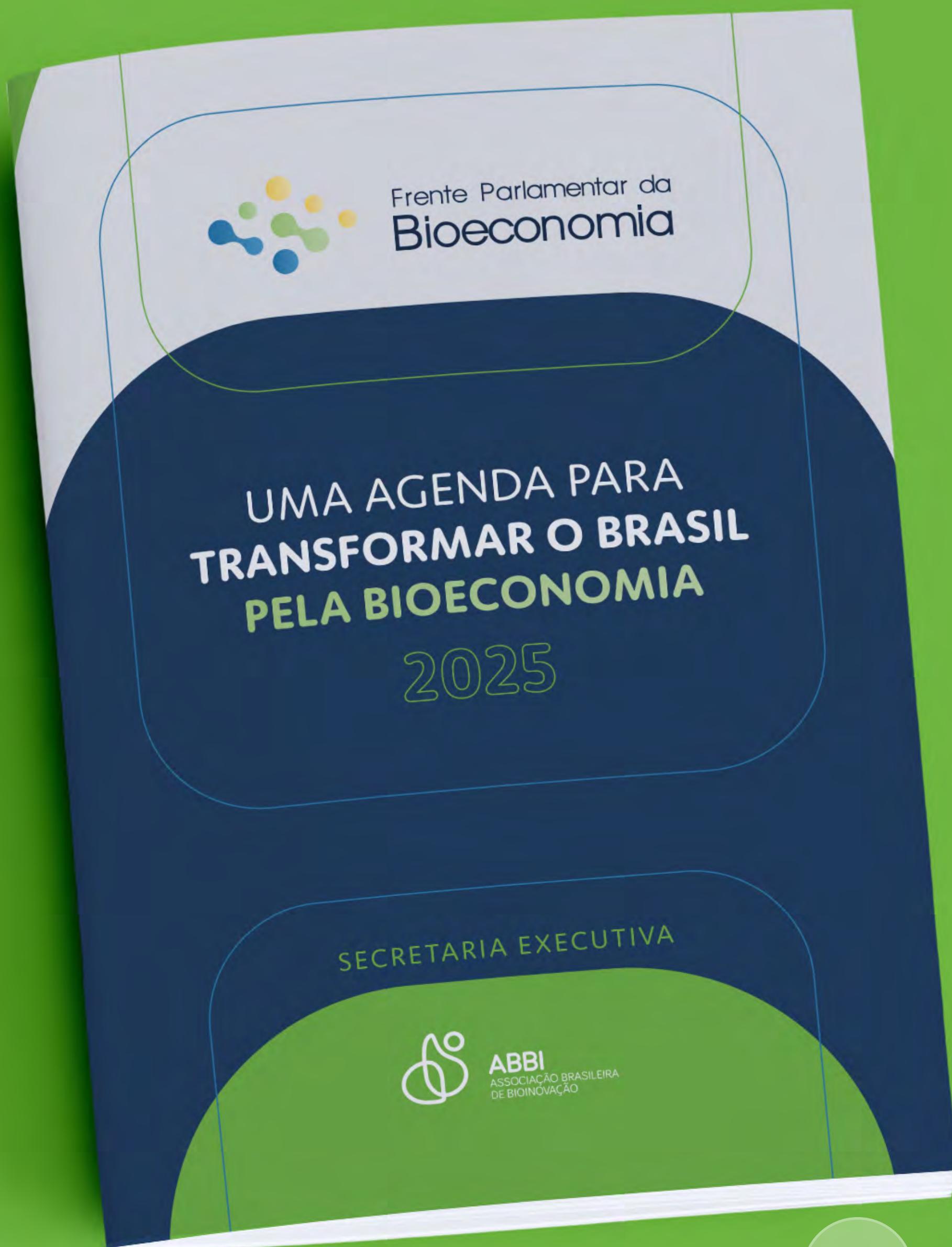
“Acreditamos que a biotecnologia pode transformar o Brasil. E é essencial que isso seja parte de uma política de Estado”, declarou Deia Vilela, vice-presidente para a América Latina da unidade de negócios health & biosciences da IFF.

Hellen Abreu, Gerente de Assuntos Regulatórios da **Oxitec**, falou sobre os desafios de inovação regulatória: “Produzimos insetos para controle biológico de pragas. Precisamos de ferramentas para viabilizar produtos disruptivos como o nosso. A Frente tem papel fundamental nessa construção.”

Já Dhiogo Pascarelli, da **Novo Nordisk**, acrescentou ser necessário observar que pesquisa, desenvolvimento e inovação trazem também propriedade intelectual, que deve ser protegida. “A gente tem que pensar em criar uma política de segurança patentária no Brasil perene, que seja uma política de Estado, porque as empresas quando vêm para o país apostam por décadas, tentam trazer inovações que devem permanecer e não podem ficar a mercê de quaisquer mudanças”, argumentou.



Ainda participaram do evento outros representantes de associadas: Ana Beatriz (**Braskem**); Elizabeth Nunes (**Novo Nordisk**); Natália Gomes (**Raízen**); Cleber (**Mattos Filho**), além do chefe-geral da **Embrapa Agroenergia**, Alexandre Alonso; o coordenador de Relações Institucionais da **Embrapii**, Rolf Hackbart; e o chefe do Laboratório Nacional de Biorrenováveis (LNBR) do **Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM)**, Mário Murakami.



Confira a íntegra da Agenda

<https://fpbioeconomia.com.br/frente-parlamentar-apresenta-agenda-estrategica-da-bioeconomia-para-2025/>



Combustíveis sustentáveis na aviação



Fórum reúne representantes públicos e privados para tratar de aspectos técnicos, regulatórios, tributários e logísticos para produção e uso do SAF

ABBI participa de debates sobre SAF e reforça desafios para consolidação do setor

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) tem atuado de forma contínua nas discussões sobre o desenvolvimento do mercado de **combustíveis sustentáveis de aviação (SAF)** no Brasil. A entidade participou de diversas reuniões da Conexão SAF, fórum que reúne representantes dos setores público e privado para tratar de aspectos técnicos, regulatórios, tributários e logísticos relacionados à produção e ao uso do SAF no país.

Nos encontros do Grupo de Trabalho de Certificação e Qualidade do Produto, realizados em março e abril, foram debatidos critérios técnicos e ambientais para a

certificação do SAF, incluindo especificações físico-químicas e metodologias de avaliação de emissões. Um dos temas centrais foi a análise da pegada de carbono do SAF produzido a partir de óleo de soja. A Abiove apresentou dados comparativos entre diferentes modelos de cálculo, como o CORSIA, da ICAO, e o modelo atualizado do Argonne National Laboratory (DOE/EUA), que indicam variações significativas na taxa de descarbonização — de 25% a até 60%, dependendo da metodologia adotada. A ABBI alertou para os riscos regulatórios e econômicos associados a essas diferenças e defendeu o desenvolvimento de padrões nacionais ajustados à realidade brasileira.

A entidade também participou da 9ª Reunião do Grupo de Trabalho de Regulação do Mandato para Operadores Aéreos, que discutiu o Módulo 5 do programa ProBio-qav, voltado à implementação do sistema book & claim. Esse modelo permite a comercialização separada do combustível e de seu atributo ambiental, o que pode reduzir custos para o consumidor final. Durante o encontro, foram apresentados sistemas internacionais de certificação e debatidos os desafios para sua adoção no Brasil. A ABBI destacou dois pontos críticos: a definição da titularidade do atributo ambiental e os impactos indiretos do uso da terra (ILUC), que podem comprometer a efetividade climática de alguns biocombustíveis.

Além das reuniões técnicas, a ABBI participou do painel “Adaptação de biocombustíveis para SAF: Como a

América Latina pode utilizar a infraestrutura regional de biocombustíveis existente para acelerar a produção de SAF?", no Sustainable Aviation Futures LATAM Congress. A entidade abordou o potencial da América Latina para liderar a produção de SAF, considerando a biodiversidade, a base agrícola e a experiência acumulada em biocombustíveis. Foram discutidos os principais entraves para a expansão do setor, como o alto custo de produção, a limitação de matérias-primas, lacunas regulatórias, barreiras não tarifárias e a necessidade de maior investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Estudo sobre E30 é apresentado em evento do programa Combustível do Futuro

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) participou do evento "Combustível do Futuro: Rumo ao E30 e à Autossuficiência da Gasolina", realizado em Brasília, em junho. Representada por Tiago Giuliani, gerente de Sustentabilidade, Descarbonização e Novas Tecnologias, a entidade acompanhou a apresentação dos resultados dos testes conduzidos pelo Instituto Mauá de Tecnologia sobre a viabilidade técnica do aumento da mistura de etanol na gasolina de 27% para 30% (E30).

O estudo apresentado é parte das iniciativas voltadas à transição energética e à redução das emissões no setor de transportes. A proposta do E30 busca ampliar o uso de biocombustíveis na matriz energética brasileira, aproveitando a infraestrutura já existente e a produção nacional de etanol. A viabilidade técnica do novo percentual de mistura foi confirmada pelos testes, que agora servirão de base para futuras decisões regulatórias.

A programação do evento incluiu uma mesa política com a presença do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, além de representantes da UNICA, ANFAVEA e do Congresso Nacional. Durante sua fala, o ministro afirmou que a adoção do E30 poderá reduzir o preço da gasolina e diminuir a dependência do Brasil em relação à importação de combustíveis fósseis. Segundo ele, a medida também reforça o papel do país como referência global em energia renovável.



ABBI contribui com propostas de adaptação e mitigação no Plano Clima



Consultas foram encerradas em maio e subsidiarão planos de adaptação e estratégia de mitigação de emissões de CO₂

Entidade fez sugestões para a valorização da bioeconomia e soluções tecnológicas de baixo carbono em consultas públicas

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) participou de duas consultas públicas realizadas pelo governo federal no âmbito do Plano Clima, encerradas em maio, apresentando contribuições técnicas e estratégicas para os

Planos Setoriais de Adaptação e para a Estratégia Nacional de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Nas contribuições ao plano de adaptação, a ABBI destacou a importância de integrar os incêndios agrícolas como risco climático relevante, devido aos seus impactos sobre a produtividade, a segurança alimentar e a estabilidade das cadeias agroindustriais. Também **propôs a inclusão de ações voltadas à produção e ao desenvolvimento de bioinsumos agrícolas e industriais**, e o desenvolvimento de tecnologias produtivas resilientes às mudanças climáticas, como forma de reduzir o uso de fertilizantes químicos, fortalecer a capacidade adaptativa do setor agropecuário e a trazer segurança no abastecimento da indústria nacional.

No setor de energia, a entidade sugeriu a **priorização do melhoramento genético de cultivares tradicionais adaptadas a diferentes regiões e cenários climáticos**, bem como a **inclusão de ações de ampliação do uso da bioeletricidade**, para garantir segurança energética sustentável e promover desenvolvimento regional.

Já no setor industrial, a **ABBI propôs ações voltadas ao aproveitamento de biomassa residual industrial e agrícola para geração de bioproductos e bioinsumos industriais** como forma de garantir o abastecimento da industrial e a sustentabilidade da produção industrial.

Na consulta sobre a estratégia de mitigação, a **ABBI defendeu a valorização da bioeconomia e o fortalecimento de soluções tecnológicas de baixo carbono, como ações efetivas de mitigação**. Entre as propostas estão: 1) Construir um ecossistema de inovação ágil e sustentável para impulsionar soluções tecnológicas descarbonizantes, aproveitando as vantagens comparativas do Brasil (biodiversidade, potencial de biomassa, bioengenharia). 2) Fomentar a produção e o consumo de bioproductos sustentáveis de baixa emissão de carbono, reduzindo os custos de aquisição e acabando com as barreiras tarifárias e não-tarfárias aos bioproductos.



Avanços regulatórios marcam 40^a reunião do CGen



ABBI reforçou a necessidade de atenção às exigências regulatórias para evitar eventuais riscos legais

Atualizações aperfeiçoam Sistema de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) participou da 40^a Reunião Ordinária do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen), onde foram discutidas atualizações regulatórias de impacto para o setor. Entre os principais temas abordados, destacou-se a aprovação de uma resolução que regulamenta o procedimento de verificação de cadastros, remessas e notificações de produtos no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SISGen).

Com a nova norma, tanto a Secretaria Executiva do CGen (DPG) quanto os conselheiros poderão identificar

possíveis irregularidades e dar início a um processo de investigação, que poderá resultar na retificação ou no cancelamento de cadastros, com notificação a órgãos fiscalizadores como IBAMA, INPI e SNPC. Diante disso, a ABBI reforça a necessidade de atenção às exigências regulatórias para evitar eventuais riscos legais.

Outro ponto relevante da reunião foi a proposta do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para a criação de uma base de dados de referência do CGen sobre conhecimentos tradicionais associados, além de um procedimento de consulta para identificação de seus provedores. No entanto, após discussão, a proposta foi retirada de pauta em razão de um pedido de vista e deverá ser retomada em encontro futuro. O tema tem gerado debates, especialmente diante da preocupação do Ministério com cadastros que reconhecem apenas o acesso ao patrimônio genético, sem a devida identificação dos conhecimentos tradicionais associados.

Além disso, o Ministério da Cultura apresentou um projeto de lei para regulamentar o acesso a conhecimentos tradicionais não associados ao patrimônio genético, como o uso de grafismos em produtos. A proposta, que seguirá para consulta pública, pretende estabelecer um regime regulatório semelhante ao já aplicado a conhecimentos tradicionais vinculados ao patrimônio genético. Caso aprovado pelo Congresso, o projeto poderá representar mudanças significativas no atual arcabouço legal.

Mecanismo global para repartição de benefício do uso de DSI tem sugestões da ABBI

Entidade sublinha a necessidade de um modelo regulatório que garanta segurança jurídica, previsibilidade e incentivo à inovação



ABBI ressalta a necessidade de evitar barreiras à inovação, incertezas regulatórias e negociações fragmentadas

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) enviou à secretaria executiva da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) documento em que apresenta e justifica pontos a respeito do Mecanismo Multilateral

Global (GMM) para a Repartição de Benefícios do uso de Digital Sequence Information (DSI). A informação de sequência digital, na sigla em português, é um termo usado para se referir a dados digitais que traduzem os nucleotídeos dos recursos genéticos. No documento, a ABBI reforça a necessidade de um modelo regulatório que garanta segurança jurídica, previsibilidade e incentivo à inovação.

Para a associação, o GMM representa um avanço ao reconhecer a natureza dinâmica do uso de DSI, podendo evitar barreiras ao compartilhamento de informações científicas e garantir maior eficiência administrativa no contexto do acesso e uso de DSI - em comparação a modelos bilaterais. A entidade defende um modelo financeiro justo, no qual a governança do Fundo Cali assegure contribuições proporcionais aos benefícios comerciais, com distribuição equitativa de recursos para a biodiversidade e comunidades tradicionais.

A manifestação também destaca a importância da certeza jurídica, alertando para os riscos de incertezas regulatórias e negociações fragmentadas. Além disso, a ABBI ressalta a necessidade de evitar barreiras à inovação, como: a dificuldade no rastreamento da origem do DSI e, principalmente, múltiplas obrigações - para evitar que um mesmo usuário seja onerado mais de uma vez e/ou em diferentes jurisdições.

Entidade integra grupo para regulamentação da Lei de Bioinsumos



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 28/04/2025 | Edição: 79 | Seção: 1 | Página: 3
Órgão: Ministério da Agricultura e Pecuária/Secretaria de Defesa Agropecuária

PORTEARIA SDA/MAPA N° 1.270, DE 25 DE ABRIL DE 2025

Institui o Grupo de Trabalho para subsidiar a regulamentação da Lei n.º 15.070, de 23 de dezembro de 2024.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA SUBSTITUTO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, no uso das atribuições conferidas no art. 22 e no art. 49, ambos do Anexo I do Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023, e tendo em vista no disposto no art. 7º da Lei n.º 15.070, de 23 de dezembro de 2024, e o que consta do Processo nº 21000.003280/2025-44, resolve:

Art. 1º Fica instituído Grupo de Trabalho, no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária, com a finalidade de elaborar a minuta de regulamentação da Lei n.º 15.070, de 23 de dezembro de 2024, para dispor sobre a classificação, as especificações, os parâmetros mínimos e as demais exigências para registro de bioinsumo ou de inóculo de bioinsumo, consideradas a finalidade e a categoria de cada produto.

Art. 2º Ao Grupo de Trabalho compete:

I - analisar as propostas de regulamentação de agentes da defesa agropecuária ou entidades representativas;

II - analisar os atos normativos vigentes ou revogados que se aplicam ao tema;

III - propor a alteração ou a edição de ato normativo que contemple prazos e regras de transição para que todos os segmentos possam adequar-se aos procedimentos estabelecidos nesta Lei, consideradas as peculiaridades de cada categoria de produto; e

IV - propor as regras complementares à Lei, sobre a produção, a importação, a exportação, o registro, a comercialização, o uso, a inspeção, a fiscalização, a pesquisa, a experimentação, a embalagem, a rotulagem, a propaganda, o transporte, o armazenamento, a prestação de serviços, a destinação de resíduos e de embalagens de bioinsumos para uso agrícola, pecuário, aquícola e florestal.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será composto por representantes da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária e das associações e organizações, na forma a seguir:

I - Secretaria de Defesa Agropecuária:

a) um representante do Gabinete da Secretaria de Defesa Agropecuária;

b) dois representantes do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas;

c) um representante do Departamento de Saúde Animal;

d) um representante do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal;

e) um representante do Departamento de Serviços Técnicos;

II - Dois representantes da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo;

III - Dois representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;

Regulamentação orientará produção, importação, exportação e registro de bioinsumos, entre outros

ABBI é oficializada pelo Mapa em colegiado que atuará na normatização de toda a cadeia de bioinsumos, em diferentes setores

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) foi oficializada como membro do Grupo de Trabalho criado pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), por meio da Por-

taria SDA/MAPA nº 1.270, publicada no dia 28/04 no Diário Oficial da União.

O objetivo do Grupo de Trabalho é subsidiar a regulamentação da Lei nº 15.070, de 23 de dezembro de 2024, que dispõe sobre classificação, especificações, parâmetros mínimos e exigências para registro de bioinsumos e inóculos de bioinsumos, conforme suas finalidades e categorias.

A ABBI irá atuar ao lado de representantes do governo, da EMBRAPA e de outras associações e entidades do setor agropecuário, participando da elaboração de propostas normativas que vão orientar a produção, importação, exportação, registro, comercialização, fiscalização, transporte, armazenamento e descarte de bioinsumos utilizados na agricultura, pecuária, aquicultura e florestas.

O Grupo de Trabalho terá até 240 dias para concluir seus trabalhos, podendo esse prazo ser prorrogado até 23 de dezembro de 2025. As reuniões ocorrerão quinzenalmente e contarão com a participação de representantes de diversos setores produtivos e de pesquisa.

Bioinsumos em gramíneas

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) publicou resolução instituindo o Grupo de Trabalho GT-NITROMAIS no âmbito do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos. **O colegiado, que tem a participação da ABBI, tem o objetivo de propor estratégias que aumentem o uso de bioinsumos voltados à fixação de nitrogênio em gramíneas.**

Composto por representantes da Esplanada dos Ministérios, Embrapa e entidades setoriais, o GT-NITROMAIS vai estruturar políticas públicas e incentivos para ampliar o uso de bioinsumos em culturas como cana-de-açúcar, milho, trigo, arroz e pastagens. Também faz parte das missões do colegiado promover a interlocução com órgãos da Administração Pública, setor produtivo, sociedade civil e comunidade acadêmica e científica para coleta de subsídios e informações pertinentes sobre o tema.

No ano passado, estudo do MAPA sobre o uso de bioinsumos em gramíneas, realizado pela Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) em parceria com o Instituto Senai de Inovação em Biossintéticos e Fibras (SENAI CETIQT), apontou que a substituição de fertilizantes nitrogenados por bioinsumos pode reduzir até 18,5 milhões de toneladas de CO₂ equivalente e gerar uma economia de até US\$ 5,1 bilhões ao país.

ISI Biomassa é novo associado ABBI



Adesão amplia capacidade do instituto de atuar em rede, influenciar políticas públicas e acelerar o desenvolvimento de soluções sustentáveis

Instituto tem forte atuação nos setores agrícola e industrial, com projetos inovadores de bioinsumos, biomateriais, bioenergia e bioprodutos

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) tem o prazer de dar as boas-vindas ao Instituto Senai de Inovação em Biomassa (ISI Biomassa), seu novo associado. O ISI Biomassa dedica-se à pesquisa aplicada de excelência, transformando avanços científicos em soluções práticas que atendem aos desafios industriais contemporâneos, predicados que se afinam com os princípios e objetivos da atuação da ABBI.

Com forte atuação nos setores agrícola e industrial, o Instituto lidera projetos inovadores nas áreas de bioinsumos, biomateriais, bioenergia e bioprodutos de alta performance, posicionando-se como um agente de transformação na bioeconomia brasileira. Esse conhecimento permite ao Instituto conduzir projetos que abrangem desde a pesquisa básica até a escala industrial, conectando as demandas do mercado com o que há de mais avançado em ciência aplicada.

De acordo com o ISI Biomassa, a associação à ABBI amplia a capacidade do instituto de atuar em rede, influenciar políticas públicas estratégicas e acelerar o desenvolvimento de soluções sustentáveis para diversos setores, especialmente o agro-negócio. “Compartilhamos com a ABBI a visão de que a biotecnologia é uma ferramenta essencial para impulsionar o crescimento econômico de baixo carbono, promovendo o uso eficiente dos recursos naturais e agregando valor às cadeias produtivas”, explica Leandro da Conceição, coordenador de Planejamento e Negócios do ISI Biomassa.

Ao integrar a ABBI, o ISI Biomassa reafirma seu compromisso de ser um vetor para a inovação tecnológica e um parceiro estratégico da indústria na construção de uma nova matriz econômica, baseada na sustentabilidade, na inovação e no uso inteligente da biodiversidade brasileira.

POTENCIAL EM MOVIMENTO

Conheça as iniciativas e contribuições das associadas da ABBI que estão movimentando a bioinovação no país.

Setor de bioinsumos avança na proteção de tecnologias sustentáveis

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) divulgou, em seu mais recente Radar Tecnológico, dados sobre as chamadas patentes verdes, concedidas a invenções alinhadas a critérios de sustentabilidade e mitigação de impactos ambientais. Na categoria de agricultura sustentável, os registros incluem tecnologias como biofertilizantes, biopesticidas, sistemas de irrigação eficientes, agricultura de precisão e processos sustentáveis de uso da biomassa.

O levantamento destaca a atuação de empresas brasileiras no desenvolvimento de soluções com potencial para tornar a agricultura mais eficiente e de baixo impacto ambiental. Entre elas está a **Biotrop, associada da ABBI**, que figura como a empresa privada com o maior número de patentes verdes vigentes no segmento agrícola — um indicativo da relevância crescente da bio-inovação como aliada da sustentabilidade no campo.

Tecnologias para controle do Aedes

Soluções inovadoras para o controle do Aedes aegypti, vetor da dengue e outras arboviroses, foram apresentadas durante o Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), realizado em junho, em Belo Horizonte. A **Oxitec, uma das associadas da ABBI**, marcou presença no evento, apresentando sua tecnologia baseada em mosquitos geneticamente modificados, que ajudam a reduzir a população do inseto, e sua plataforma voltada à produção em escala de mosquitos com Wolbachia, que têm menor capacidade de transmitir vírus. Essas alternativas vêm sendo discutidas como soluções sustentáveis para apoiar o enfrentamento das arboviroses.

Bioinovação aplicada à saúde ganha avanço regulatório no Brasil

A IIFF, empresa associada à ABBI, conquistou a primeira aprovação no Brasil de cepa probiótica associada à saúde bucal. A decisão da Anvisa reconhece os efeitos do produto na manutenção da saúde das gengivas, o que valoriza a importância do equilíbrio da microbiota oral. Esse avanço representa um marco para o setor de bioinovação e reforça a importância da agenda científica e regulatória sobre probióticos na América Latina, especialmente em áreas emergentes como a saúde bucal, que tem ganhado cada vez mais relevância por seu impacto na manutenção da saúde geral do organismo.

Soluções biodegradáveis ganham espaço em formulações agrícolas

Durante o Simpósio ISAA Agrochemical Network 2025, realizado no Rio de Janeiro, a **BASF, associada da ABBI**, apresentou uma inovação desenvolvida por sua equipe voltada ao uso de dispersantes biodegradáveis em formulações agrícolas. Esses aditivos garantem a distribuição homogênea dos ingredientes ativos e, por serem biodegradáveis, se decompõem mais facilmente no meio ambiente — o que os torna compatíveis com exigências regulatórias cada vez mais rigorosas. A tecnologia contribui para o desenvolvimento de soluções que conciliam desempenho técnico e menor persistência ambiental, reforçando o papel da inovação na transição para uma agricultura ainda mais eficiente e sustentável.

NOTAS

Encontro estratégico promovido pela CNI

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) esteve presente no Encontro Estratégico da Diretoria de Relações Institucionais (DRI) da Confederação Nacional da Indústria (CNI) com a base industrial, realizado no fim de março, em Brasília. Com foco na criação de uma rede de defesa e promoção da indústria nacional, o encontro reuniu representantes de entidades setoriais para fortalecer a articulação institucional e debater os principais desafios e oportunidades para a indústria brasileira.



Cenários regulatórios com o Ministério da Fazenda

A ABBI teve reunião com Cristina Reis, subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Ministério da Fazenda, e Matias Rebelo Cardomingo, coordenador-geral de Finanças Sustentáveis da pasta. A conversa teve como foco os **próximos passos na regulamentação do mercado de carbono e no desenvolvimento da taxonomia sustentável no Brasil** — duas frentes fundamentais para atrair investimentos e alinhar o país às exigências da transição climática. A ABBI buscou compreender os cenários regulatórios em construção, com o objetivo de contribuir tecnicamente com o processo conduzido pelo Ministério da Fazenda.



OGMs e edição gênica no EBBio 2025

A ABBI participou do **10º Encontro Bienal de Biossegurança (EBBio 2025)**, realizado nos dias 5 e 6 de maio, em Vitória (ES). A entidade, que apoiou institucionalmente o evento, foi representada por seu Diretor de Assuntos Regulatórios e Científicos, Marcos Pupin. A programação do fórum abordou temas centrais como os avanços nos processos de avaliação de risco, as contribuições recentes em fóruns internacionais e a necessidade de estruturas regulatórias mais modernas e eficazes frente às novas tecnologias de edição gênica. Também foram debatidas medidas para fortalecer sistemas de biossegurança em projetos com OGMs, com foco na responsabilidade científica e no desenvolvimento sustentável.



Selo Verde

A ABBI esteve presente na reunião do Programa Selo Verde Brasil, iniciativa do Governo Federal, que selecionou os setores e produtos que integrarão a fase piloto da iniciativa, voltada à rastreabilidade e certificação ambiental de cadeias produtivas no Brasil. Foram aprovados para o projeto-piloto os setores de Café, Químico, Alumínio e Cimento. Em relação aos produtos, a lista inclui o café torrado, a chapa de alumínio e sete produtos químicos: eteno e polietileno verde, acetato isometílico, ácidos graxos, álcool isometílico, solventes e outros derivados.



Finaclima

A ABBI (Associação Brasileira de Bioinovação) participou da 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Orientação do FINACLIMA-SP (Fundo Estadual de Ação Climática de São Paulo). A reunião foi convocada pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo. Durante a reunião foi aprovado o Acordo de Cooperação e dos documentos operacionais que formalizam a participação do FUNBIO (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade) como entidade gestora do Finaclima-SP. Com essa deliberação, o FUNBIO passa a ser responsável pela gestão dos recursos e pela execução das **ações do fundo, voltadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas no estado.**



DESTAQUE DA ABBI NA MÍDIA

Presença da entidade no noticiário inclui reportagens na TV Globo e na Revista Veja, e artigo no Portal Jota

Bioinsumos no Jornal Nacional



Acesse o QR
Code assistir à
reportagem

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/04/19/agricultura-brasileira-lidera-uso-de-bioinsumos.ghtml>

A ABBI teve destaque em uma reportagem do Jornal Nacional, da TV Globo, que tratou do uso de bioinsumos na agricultura brasileira. No conteúdo, é exibido o exemplo de uma propriedade rural que apostou na bioinovação e associa o uso de insumos tradicionais, de base química, com os bioinsumos, que promovem a biodiversidade, têm ação prolongada e são menos dependentes de insumos fósseis.

O diretor de Assuntos Regulatórios e Científicos da ABBI, Marcos Pupin, ressaltou à emissora o potencial do país na produção de bioinsumos e o cenário internacional. “O Brasil, no ano de 2025, já vai ser líder mundial no uso e na aplicação de produtos de base biológica, os bioinsumos. Então, essa tendência no Brasil tem uma taxa de crescimento, por exemplo, quatro vezes superior à da União Europeia”, apontou.

Estratégia Nacional no Jota

= JOTA

BIOECONOMIA

A Estratégia Nacional de Bioeconomia: 8 pontos essenciais para sua construção

Entrega do plano, durante a COP30, pode ser um marco histórico

Thiago Falda

19/05/2025 | 11:10



**Acesse o QR
Code assistir à
reportagem**

<https://www.jota.info/artigos/a-estrategia-nacional-de-bioeconomia-8-pontos-essenciais-para-sua-construcao>

O presidente-executivo da ABBI (Associação Brasileira de Bioinovação), Thiago Falda, publicou no portal JOTA um artigo em que destaca oito pontos essenciais para a construção da Estratégia Nacional de Bioeconomia, atualmente em elaboração pelo governo federal. No texto, Falda destaca as contribuições estratégicas da ABBI, que analisou as políticas de bioeconomia de países como EUA, União Europeia e China e mapeou os principais gargalos e soluções para o setor no Brasil.

Agenda prioritária na coluna Radar

veja

Brasil

De olho na COP 30, Frente da Bioeconomia apresenta pauta prioritária

Avanço da Política Nacional de Bioeconomia no Congresso é uma das prioridades da bancada



Acesse o QR
Code assistir à
reportagem

<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/de-olho-na-cop-30-frente-da-bioeconomia-apresenta-pauta-prioritaria/>

A coluna Radar, da Revista Veja, publicou reportagem sobre o evento de lançamento da pauta prioritária da Frente Parlamentar Mista pela Inovação na Bioeconomia. O texto da coluna destacou como item essencial o avanço da Política Nacional de Bioeconomia no Congresso e registrou dados segundo os quais a bioeconomia tem o potencial de injetar US\$ 592,6 bilhões anuais no PIB brasileiro, além de reduzir as atuais emissões em 65%, até 2050.

Expediente

Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI)

Thiago Falda - Presidente Executivo

Antonio Marcos Pupin - Diretor de Assuntos Regulatórios & Científicos

Daniela Triacca - Coordenadora de Relações Governamentais

Luiza Ribeiro - Assessora Jurídica

Milena Magalhães - Analista de Assuntos Regulatórios

Monique Santos - Auxiliar Administrativa

Sara Góis - Gerente de Operações

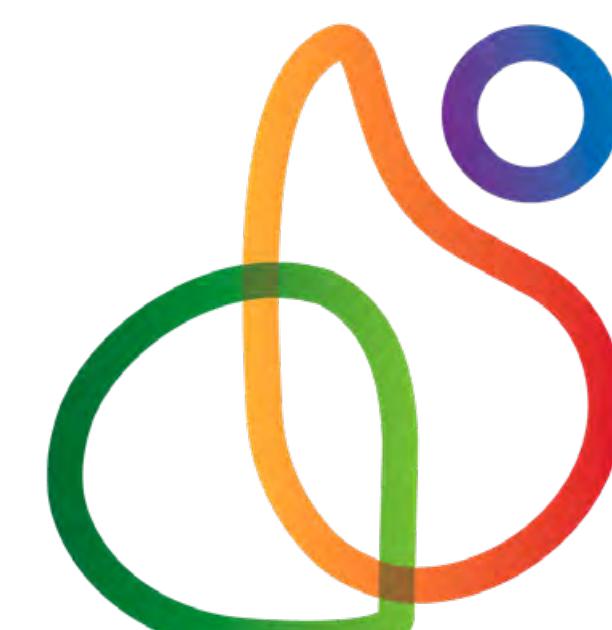
Taís Mendes - Gerente de Relações Governamentais e Comunicação

Tiago Quintela Giuliani - Gerente de Sustentabilidade e Descarbonização

LDI Comunicação

Edição: Ivan Iunes // **Textos:** Adriana Caitano, Ivan Iunes

e Renan Viegas // **Projeto gráfico:** Pedro Lino



ABBI
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE BIOINOVAÇÃO



www.abbi.org.br

Tel/WhatsApp: +55 11 3569-3564

contato@abbi.org.br

LinkedIn: [bioinovacao](#)

Instagram: [@bioinovacao](#)

Rua Gomes de Carvalho, 1581 Conj. 901|902
04547-000 - São Paulo, SP - Brasil